

## PREÂMBULO

### NOSSA NATUREZA DIVINA

A natureza real do ser humano é divina. O objetivo, o designo maior de nossa existência é que possamos perceber, revelar a Divindade dentro de nosso ser. O buscar, o trilhar o caminho da perfeição, a cada dia, em cada um de nossos atos. O enxergar Deus em tudo, em todos os seres, sentir que tudo a Ele pertence. A superação do egoísmo, a abjuração do mundanismo, abstenção da crítica, de juízos sobre quem quer que seja, a eliminação de ressentimentos, o reconhecer o próximo como manifestação divina. A abstenção de apegos, tendências, impressões, desejos pelo fruto de nossas ações. Ter a espiritualidade, a religião tangíveis, como uma ocorrência viva, na certeza de que a perfeição pode ser alcançada.

A lei universal e uniforme da Criação é constituída pela variedade, diversidade, por diferenças e gradações físicas, comportamentais, espirituais ou seja, por diferentes níveis de ser. Dai, devermos entender que as pessoas diferem entre si por temperamentos, tendências, escalas evolutivas. Capacitemo-nos, conscientizemo-nos de que Deus está aqui, agora, sempre. A vibração da Luz acha-se em todo lugar, é onipresente, que se faz conosco e nos torna um com ela.

Uma das primeiras características que devemos exercitar, a fim de assimilarmos a verdade, é a humildade, sermos receptivos à sabedoria mais elevada, despojarmo-nos de toda vaidade – seja de riqueza, beleza, linhagem, intelecto. Só há progresso espiritual, quando isolamos o sujeito do objeto, nos desvencilhamos do sentimento do eu, da superficialidade, da avidez, ânsia de acumulação de bens, da ilusão da individualidade, da posse egoística, de se amealhar compulsivamente coisas (bens terrenos, prestígio social ou conhecimento intelectual), pois elas não nos pertencem, são tesouros percíveis ou circunstâncias, e trazem-nos apego, angústia, aprisionamento.

Como habitamos um mundo de conflitos e contradições, de relatividade (somos circunscritos ao tempo, espaço e causalidade), mister conservarmos a paciência, a tranquilidade, a tolerância, o desprendimento, o perdão, a renúncia, a observância da sanidade físico-mental, o autocontrole, autodisciplina, contenção das paixões. Ressentimentos, exclusivismos, ódios, radicalismos afastam-nos da paz permanente, da comunhão divina. Se buscamos sucesso, prazer, se identificamos nossa natureza com o corpo, os sentidos, a mente, que estejamos, pois, preparados para a dor, o fracasso. Ganância, luxúria, egoísmo escravizam, limitam nossa ascensão, porquanto “não se pode servir a dois senhores”.

### A Comarca do Rio das Mortes

São João del-Rei e Tiradentes (antiga São José del-Rei) foram vilas centrais na Comarca do Rio das Mortes, importante polo político e econômico de Minas Gerais no século XVIII. Isso porque a região, embora imersa no auge da exploração aurífera, também se destacou pela ascensão de atividades agropastoris e comerciais, envolvendo tropeiros e viajantes, além de mão-de-obra escrava e campesino-familiar.

Pág. 4

### Os afortunados

Ana Maria Bernardes de Góes Lara, João Rodrigues de Faria, Manoel Coelho dos Santos, Mariana Francisca de Belém. O que todas essas pessoas têm em comum? Fortunas. Grandes fortunas, aliás, que circularam por nossa região em séculos passados.

Pág. 7

### São Gonçalo do Amarante

O nome do distrito são-joanense pode soar familiar a muitos. Mas fica a dúvida: afinal, qual a história do santo que "baptizou" a comunidade? Nesta edição, uma biografia do eremita português famoso por suas visões de Nossa Senhora e por seus milagres casamenteiros.

FOTO: MARCELO MELO/WWW.CONHECAMINAS.COM/DIVULGAÇÃO



Pág. 13

### Reflexões pós-eleições

O período eleitoral já terminou. Uma nova gestão, aliás, já começou em nossa Presidência da República. No entanto, a pauta política não deve se esgotar. Cotidianamente, há pautas que devem continuar sendo discutidas e há respostas a serem buscadas para questões como "por que ainda não conseguimos nos tornar uma nação próspera, desenvolvida, justa? Quem ou o que nos impede?"

Pág. 14

# ADIVINHAS

1. Qual a diferença entre a galinha e o pano?
2. O que é, o que é? Tem cauda, mas não é cão; não tem asas, mas sabe voar. Se a largam, não sobe, e sai ao vento a brincar.
3. O que é, o que é? Pode ser de ferro, de gelo ou de chocolate.
4. Tem uma perna longa, uma curta e anda sem parar.

R: 1- A galinha bota e o pano desbota; 2- A pipa; 3- A barra; 4- o relógio

## Provérbios e Adágios

- Onde se ganha o pão não se come a carne.
- No frígir dos ovos é que a manteiga chia.
- Contra a morte não há reza forte.
- A língua não é de aço, mas fere.

### Para refletir

• Enfrentar a cota de dor, os problemas, um mundo cheio de desafios, com uma animada dança e mantendo a linha da beleza, da forma, do ritmo. Tempos difíceis exigem dança furiosa.

(Alice Walker – “Hard times require furious dancing”).

• Nenhum código, nenhuma instituição humana pode prevenir o crime moral que mata por uma palavra. Nisso consta a falha das justíças sociais. Aí está a diferença entre os costumes da sociedade e os do povo. Um é franco, outro é hipócrita. A um a faca; à outra, o veneno da linguagem ou das ideias. A um, a morte, à outra a impunidade.

(Balzac).

## EXPEDIENTE

### QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira e Mariane Carla Fonseca.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Leticia Stefany dos Santos Santiago

E-mail: [credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br](mailto:credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br)

### COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO  
APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Leticia Stefany dos Santos Santiago

## IHG DE SÃO TIAGO LANÇOU LIVRO SOBRE CAUSOS DO PE. JOSÉ DUQUE

Durante muito tempo, um dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago (IHGST), Prof. João Pinto de Oliveira, ouvia, escrevia, colecionava e publicava nos primeiros jornais da cidade muitos causos de um dos marcantes vigários que a Paróquia de São Tiago teve, o Revmo. Pe. José Duque de Siqueira. Atualmente esses causos são publicados no periódico Boletim Sabores e Saberes e com a participação de outros escritores.

O tempo passou e outros sócios do Instituto também começaram a ouvir pessoas e também a escrever os causos como a professora Carlita Coelho, residente em Mercês de Água Limpa, e o historiador Marcus Santiago. Desse modo, com apoio do Sicoob Credivertentes houve uma parceria no sentido de fazer um resgate das histórias e publicá-las todas em um livro, que se tornou uma obra literária. Com apoio da cooperativa e das colaboradoras Andréia Sousa, Mariane Fonseca, Elisa Coelho e Adriana Sampaio o projeto foi executado.

Houve menção nas redes sociais, através de pequenos vídeos, com depoimentos feitos com os escritores falando sobre a obra. O mesmo ganhou o gosto das pessoas por lembrar os causos e o próprio Pe. José Duque. Muitos logo se interessaram em ler o livro.

Na quarta-feira, dia 31 de outubro, aconteceu o lançamento da obra em reunião especial promovida pela Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago. Os escritores participantes da obra falaram sobre o gosto e o contentamento em ajudar neste projeto.

O momento foi significativo, houve partilha de histórias e causos sobre o Pe. José Duque. Durante o lançamento, houve também distribuição dos exemplares aos presentes e fotos. A sócia Antônia Geralda Santiago (Tonha da Percília) abrilhantou o evento com sua voz e seu violão, entoando belas canções.

Diretoria do IHGST



Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



## AO PÉ DA FOGUEIRA

### O CANDIDATO E A XÍCARA DE CAFÉ FERVENTE

As campanhas eleitorais, em pleitos antigos, levavam, por vezes, a situações hilárias, quando não tragicômicas. Candidatos deslocando-se, ávidos, pela zona rural, onde se concentrava a maioria dos eleitores, desde a madrugada até altas horas da noite, visitando eleitores nos mais variados rincões e fundos, garimpando votos por mais duvidosos, onerosos, pois havia muitos eleitores mandriões, que negociavam o voto com todos os candidatos. Os mais criativos artifícios utilizados para arrebanhar votos: promessas de empregos, presentes, mimos para os filhos, tapinhas nas costas distribuídos a torto e a direito, doações de dentaduras, botinas, tapeações de toda sorte – e a indispensável, miraculosa visita. Nenhuma casa, se possível nenhum eleitor, poderiam deixar de ser visitados. O deslize nessa área era visto como “pouco caso”, “desfeita” e certamente perda de voto.

Certo político de nosso meio, em uma de suas inúmeras campanhas eleitorais, realizava, como todos os demais candidatos, a maratona de percorrer o município, povoado a povoado, fazenda a fazenda, casa a casa, escarafunchando votos. Diariamente, ei-lo de calça jeans surrada, botina ringideira no pé, chapéu de palha na cabeça, volante na mão, geralmente acompanhado por algum correligionário, embarafustando-se pelas poeirentas estradas à cata de eleitores. Numa de suas muitas viagens, divisas com o município de Oliveira, após um dia inteiro peregrinando por aqueles ermos, ao passar pelo alto da estrada, vislumbra uma casinha no sopé do morro. Diz ao companheiro de viagem: - Olha aquela casa. Vamos descer até lá... Era já ao entardecer. O companheiro, assaz cansado, redargue: - Acho besteira. Aquele pessoal me parece que vota em Oliveira.

– Não custa tentar. Tem uma estradinha aqui, deve dar prá chegar lá ou, quem sabe, o mais próximo da casa...

Embora uma trilha e das piores, a velha Brasília rangendo, resmungando, batendo lataria, resfolegando, chegou até a beira da casinhola. Bem recebidos pelo jovem casal e crianças – o homem acabava de chegar do roçado próximo, assim afirmara. Expõem o motivo da visita, comprometendo-se os anfitriões, solenemente, a votarem no candidato “pedinte” ali à sua frente. Antes que os visitantes manifestem a intenção de se despedir, o casal oferece-lhes um café. Candidato e companheiro olham o relógio, o sol já se escondendo, por inteiro, detrás da serra, mas como recusar?! E o sério risco de perder aqueles votos! Ah! ... seria daqueles cafés típicos de roça, na base da garapa. E com grave senão: o candidato, por recomendação médica, problemas sérios de glicose, deveria se abster de doces, portanto café rigorosamente proibido.

Enquanto a mulher prepara água, pó, procura a cafeteira, fogão a lenha atizado até que surjam e prosperem as labaredas, o marido torna à horta, corta umas duas canas “alagoas”, moendo-as na engenhoça de pau, transportando a garapa, a seguir, num velho e enferrujado balde até a cozinha, repassando a vasilha à mulher, para enfim ser adoçado o café. O marido, a seguir, pede licença por uns minutos, pois tinha que tratar de alguns animais no terreiro. Vozerio de crianças pelo quintal. O sol já se ocultando ao som dos pios de alguma cotovia extraviada. Meia hora se passa. Café pronto, servido em xícaras ou melhor canecas de lata estanhada, aos visitantes. Ao levar o café “pelando” à boca, o candidato vê queimando lábios, língua, faringe...

Os olhos em brasa, lívido, de incontável palidez; num descuido da senhora (que se dirigira à porta) aproxima-se célere da janela lançando o café em direção à horta. Em segundos, gritos lancinantes de criança vindos do quintal. Todos se aprestam para verificar a razão. Uma

das crianças, aí pelos seus 5 anos, aos prantos, exhibe o rosto molhado e parcialmente queimado, enquanto indica o candidato aos pais: - Foi este moço aí quem me jogou o café quente...

Desnecessário dizer que, certamente, perdeu os votos, além de dis-sabores no tratamento médico e cuidados com a criança...



Outro candidato local, segundo nos foi contado, tinha o hábito de levar quilos e quilos de balas para distribuição às crianças nas casas e mesmo escolas rurais por onde perambulava, à época das eleições, em busca de votos. Em uma das casas na região da Carapuça ou Patrimônio, os moradores eram “miúdos”, de baixa estatura, propensos ao nanismo e que à primeira vista poderiam ser confundidos com crianças. Tão logo adentra o recin-

to, nosso candidato é recebido por “crianças”, na verdade adultos “baixinhos”, distribuindo-lhes balas a mancheias. – Aqui, crianças, para vocês...

Uma delas, mulher já de seus 30 anos, voz grossa, informa ao candidato, atônito:

- Obrigada pelas balas. Eu inté, como todos aqui, vamo votá no sinhôre...

# COMARCA DO RIO DAS MORTES

## VILAS DE SÃO JOÃO DEL-REI E SÃO JOSÉ DEL-REI

### ASPECTOS ECONÔMICOS

A comarca do Rio das Mortes era composta no século XVIII por “arraiais formados em torno de uma mineração incipiente, antigas vilas do ouro com o entorno ocupado pela produção de abastecimento, campos dominados por índios e quilombolas a oeste, sertões indígenas a leste, áreas de imprecisão com a Capitania de São Paulo e sul” (Carlos Oliveira Malaquias – “População, Fronteira e Ruralização em São José do Rio das Mortes na passagem do século XVIII para o XIX” 2014, p. 57).

A população do Rio das Mortes espalhar-se-ia pelas regiões próximas aos centros mineradores, criando centenas de arraiais, que atuavam “como uma ponta de lança para novas explorações e ocupações” (Claudio Damasceno Fonseca - “Arraiais e vilas D’el Rei – espaço e poder nas minas setecentistas” UFSJ, 2011, p. 66). Mesmo nos arraiais ditos mineradores – de constituição inicial aurífera, a exemplo de São Tiago – ocorria a presença de importantes fazendas nas adjacências, formando e atraindo grupos populacionais ou ai se estabelecendo “vendeiros e estalajadeiros”, tornando-se elas um ponto de apoio essencial para tropeiros e viajantes que atravessavam tais paragens e caminhos. <sup>(1)</sup>

As atividades agropastoris nas vilas de São João Del-Rei e São José Del-Rei se desenvolveram, se disseminaram no alvorecer do século XVIII, paralelas ou conjugadas à mineração, seja com o concurso da mão de obra campesino-familiar (geralmente de subsistência) ou escrava (para fins de comercialização da produção, portanto de viés mercantil). Autores como Guimarães e Reis (1986), Kenneth Maxwell (A Devassa da Devassa – 2005, p. 111) opinam que os mineiros passaram a produzir, desde as primeiras décadas do século XVIII, alguns gêneros básicos para o abastecimento dos núcleos urbanos no entorno da mineração, período marcado pelo rápido crescimento populacional e ainda a implantação de engenhos com a produção de açúcar e cachaça para o consumo local.

No caso de unidades conjugadas com utilização de mão de obra escrava (como, por exemplo, propriedades de inconfidentes como Inácio Alvarenga Peixoto, Pe. Carlos Toledo e Melo)<sup>(2)</sup> com atividades distintas e diversificadas, integrando lavras de ouro, pecuária, lavouras, engenhos etc. passar-se-ia assim, na comarca do Rio das Mortes, de uma economia nitidamente mineradora para uma economia primordialmente agrícola como atesta (com base no censo de 1776) o decréscimo nas décadas posteriores da população da comarca de Vila Rica e o aumento triplicado, nesse mesmo período,

da população da comarca do Rio das Mortes.

As cartas de sesmarias são um testemunho, por exemplo, da existência de atividades rurais em nosso meio, que viariam proporcionar produção alimentar e mercado interno de consumo, premiados pela oportunidade comercial ante os elevados preços pagos por qualquer mercadoria nas regiões auríferas já então densamente povoadas. Se a mineração forjara a criação das primeiras vilas, abria-se um mercado potencial de consumo a ser suprido pela produção de gêneros alimentícios. Um mercado lucrativo e dinâmico que permitiria o surgimento e florescimento de grandes fortunas, detidas por potentados rurais de nossa região. Muitas propriedades rurais surgidas tinham, como precípua finalidade, a produção e venda de gêneros básicos a mineradores e àqueles que circulavam pelas estradas então existentes, fazendo brotar muitas fortunas e potentados em toda a área adjacente a São João e São José Del-Rei<sup>(3)</sup>.

O auge do período minerador ocorreu entre 1750 e 1779. De 1780 a 1808, as atividades agropastoris tornam-se a principal atividade econômica da Capitania, e que se ampliaria no século XIX, com a chegada da família real, o avanço da cafeicultura fluminense e sulmineira. O Rio de Janeiro tornara-se um grande mercado consumidor (gêneros alimentícios, gado, produtos em geral), abastecido principalmente pela comarca do Rio das Mortes. 70% da produção regional destinava-se à Corte. Comércio e agropecuária seriam os maiores impulsionadores do desenvolvimento de nossa região, gerando-se consideráveis fortunas, sejam de perfil agrário, minerador, mercantil, creditício<sup>(4)</sup>.

Minas Gerais, em particular a Comarca do Rio das Mortes, com o declínio da exploração aurífera, teve assentada sua economia na agricultura e pecuária. Raphael Freitas Santos (2010), ao analisar a economia desta Comarca (Rio das Mortes) posterior a 1754, comprovou que 60% das grandes fortunas originavam-se das atividades agropecuárias (produção de gêneros alimentícios) “A produção de alimentos não emanou apenas da necessidade, mas também das impressionantes oportunidades comerciais que oferecia”.

(Lair Bergad – *Escravidão e História Econômica – Demografia de Minas Gerais 1720-1888* Bauru, Edusc, 2004, p. 51).



A comarca do Rio das Mortes, dotada de aprazíveis e extensas pastagens, veria, ao adentrar o século XIX, sua vocação agropastoril bafejada com o cultivo de algodoeiros, canaviais, plantações de milho, criação de gado, tornando-se (a comarca) o mais importante centro abastecedor da Capitania. “A comarca do Rio das Mortes destacou-se como área abastecedora de alimentos para a Província do Rio de Janeiro desde as primeiras décadas do século XIX, antes da montagem da cafeicultura fluminense”.

(Afonso de Alencastro Graça Filho, *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 2002*, p. 36).

As fazendas mineiras passaram a se ligar com as praças comerciais do Rio de Janeiro e São Paulo, sedimentando uma estrutura produtivo-comercial, o que permitiu uma economia vivaz, forte, consistente, de capitalização do arranjo econômico e conseqüente manutenção e ampliação de escravarias. Encontrou-se uma média de 60,3 escravos por inventário, no caso de unidades conjugadas (mineração + agropecuária) e 53,4 escravos no caso de unidades produtivas agropastoris. São João Del-

-Rei, cabeça da comarca do Rio das Mortes, seria o carro chefe dessa economia dinâmica, rearticulada, o que permitiu, entre 1776 a 1821, o aumento percentual de 25% para 41,6% de toda a população da Capitania, ou seja 158% de crescimento demográfico em 45 anos. Já em 1776, a vila de São João Del-Rei contava 26% do montante total de moradores da Capitania<sup>(5)</sup>.

O desenvolvimento das atividades agrárias é preponderante na composição dos perfis das maiores fortunas em nosso meio, sobretudo no final do século XVIII e inícios do século XIX, ampliadas ante as vastas mudanças econômicas e políticas decorrentes da vinda da família real. Tratava-se de uma produção diversificada, complexa, em que se conjugavam agropecuária, mineração e comércio, inclusive o crédito. Era praxe entre a elite econômica de São João Del-Rei e São José Del-Rei a diversificação e conjugação da estrutura produtiva, em especial criação de animais, produção de grãos<sup>(6)</sup>. Aparecem e se fazem presentes também práticas creditícias e de intermediações mercantis (financiamento ao consumo e/ou produção) denominadas “atividades prestamistas” por pesquisadores, rubricadas, em geral, como “dividas ativas e passivas” nos inventários<sup>(7)</sup>.

## NOTAS

(1) "...a região de São José (Del-Rei) foi um ponto avançado da ocupação da parte sul e oeste da Capitania e fazendas como a de Tomé Portes foram fundamentais no estabelecimento de bases para outras expedições que encontraram ouro em locais vizinhos às vilas de São João e São José, como Prados e São Tiago" (Filipe Moreira Alves de Lima – "Elites econômicas e atividades agropastoris de abastecimento – São João e São José Del Rei – 1750-1808, UFSJ, 2017, p. 37, nota 25).

(2) Sobre as propriedades e atividades econômicas de Pe. Carlos Correia de Toledo e Melo em nossa região ver matéria em nosso boletim nº CXV 2017 pag. 4,5,6,7,8 e 9; CXXXV 2018 pag. 14.

(3) Os estudiosos dão como referência, em termos de padrões de riqueza da época, o patamar mínimo de dez contos de reis. Vários autores como Afonso Alencastro Graça Filho, Katia Mattoso, Karina Paranhos da Mata, Raphael Freitas Santos, Carlos Kelmer, Carla Almeida, de uma forma direta ou indireta, fixam o patamar mínimo de dez contos de reis como balizador patrimonial de uma riqueza no final do século XVIII e século XIX. A concentração de renda na sociedade mineira é tema detectados por pesquisadores como Laura de Mello e Souza (1982) em contraposição à miséria vivenciada pela maioria absoluta da população.

Dentre 55 inventários post-mortem analisados, sendo 28 de São João Del-Rei e 27 de São José Del-Rei, todos de detentores de fortunas e cabedais acima de dez mil reis, nenhuma dessas riquezas tinha como fonte basilar a exploração aurífera. Na verdade, todo um grupo seleto de indivíduos, uma elite econômica local, forjada a partir das atividades agropastoris e mercantis, dentre estas a escravista.

Dos 55 inventários analisados – fortunas acima de 10 mil réis – os homens predominavam com 65,4%, geralmente casados e de origem portuguesa, em grande número vindos do norte de Portugal (86,7%), o que caracteriza o enraizamento de migrantes na sociedade local de então. Já as mulheres inventariadas eram, em sua considerável parte, da própria comarca ou Capitania.

Estudos da historiadora Carla Almeida (2010) abordam a alta incidência do celibato feminino ou a idade avançada das noivas nas regiões portuguesas de Trás os Montes, Minho e Guimarães (as mulheres ficavam na expectativa de retorno dos antigos pretendentes ou noivos que tinham migrado para as colônias portuguesas além mar), o que encontra ressonância em Minas Gerais à época. Assim, o casamento tardio de homens que vinham para as Minas aqui se casando acima dos 30 anos, enquanto as noivas, nascidas em sua maioria na própria Capitania, casavam-se antes dos 20 anos.

Tais casamentos, via de regra, eram "arranjos", com o selamento de alianças matrimoniais entre famílias que permutavam interesses e reciprocidades como prestígio social, riqueza, acesso a redes de poder, algo intrínseco à vida dessas elites e desses homens. "Mecanismos de auto reprodução", de fortunas e prestígio, na acepção de Carla Almeida (2010, p. 202). Muitos dos casamentos adquirem novos rumos, passando a ser consanguíneos, endogâmicos, algo que passa a ocorrer na passagem do século XVIII para o século XIX entre as famílias senhoriais, enraizadas localmente, que tendem a casar seus membros entre si e não mais com portugueses, os quais, por sua vez, passaram a estabelecer vínculos matrimoniais entre si. Autores, como Brugger (2007) atribuem o fato, em parte, à chegada da família real que, com seu aparato e sedução, reforçava valores aristocráticos e o status próprios das elites rurais, conquanto atividades mercantis, próprias dos portugueses, adquiriam visão negativa junto à sociedade. Do lado português, era igualmente uma estratégia. Os negociantes portugueses, enriquecidos em atividades mer-

cantis, optaram por uniões, não mais com jovens provincianas, e sim com noivo(a)s oriundos de famílias abastadas, agregadas às áreas sociais urbanas, como a praça mercantil do Rio de Janeiro. Em todos esses casos, estratégias que buscavam igualdades de manutenção e ampliação de riqueza, prestígio e poder das elites econômicas.

(4) A economia colonial brasileira pautou-se, durante séculos, pela monocultura e extrativismo mercantil, o que, em tese, perdura até os dias atuais. Veja-se nossa dependência em termos de commodities (cereais, minérios etc.). Era uma economia periférica, vinculada então ao mercado europeu e cujas atividades destinadas ao mercado interno tinham importância secundária, quando acessória e inexpressiva.

Para autores como Celso Furtado, Caio Prado Júnior, a única atividade comercial no Brasil Colônia voltada para o mercado interno a ter grande expressão e desenvolvimento foi a pecuária.

(5) Segundo Manolo Florentino, o número de escravos e mulatos no Rio das Mortes, nesse período (1776-1821) passou de 1/5 para 1/3 de sua população total, nesta concentrando-se quase a metade de todos os cativos das Minas Gerais ("Costas negras: uma história do tráfico entre a África e Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX" S. Paulo, Cia. das Letras, 1997, p. 37).

(6) Os elementos principais na formação das fortunas, então inventariadas, compunham-se de diversos ativos e bens como os agrários (fazendas, sítios, terras de cultura); bens urbanos (casas de vivenda situadas nas vilas e arraiais); escravos; animais; terras minerais; dívidas ativas; pertences (moveis, joias, ferramentas, equipamentos etc.). Há que se frisar a valorização da terra e de escravos na região da comarca do Rio das Mortes, à medida do declínio da mineração, a urbanização, demanda crescente de abastecimento interno. Daí os perfis das maiores riquezas da região estarem ligados ao desempenho das atividades agropastoris, destinadas ao comércio de abastecimento. Os fazendeiros convertiam-se, direta e indiretamente, em grandes negociantes, vendeiros, tropeiros, estalajadeiros, comercializando sua produção no comércio local existente nas vilas circunjacentes ou em mercados distantes, dentre eles a Corte.

As atividades de mineração e agropecuária foram essenciais na constituição de novos arraiais e localidades, surgidos muitos deles, nos pontos de comércio de produção e distribuição de alimentos. Dos 55 inventários pesquisados, 37 deles (17 de São João Del-Rei e 20 de São José Del-Rei) ou seja 67,3%, as atividades agropastoris são preponderantes na composição das fortunas locais, sendo ínfima a participação do extrativismo aurífero, em especial a partir de 1780, comprovando que a economia regional centralizava-se na produção de alimentos, criação de animais e sua comercialização.

Produtos agrários presentes nas vilas de São João Del-Rei e São José Del-Rei: cana, da qual se extraíam açúcar, melado, aguardente; milho com seus subprodutos e derivados como farinha, fubá, que tanto serviam para consumo humano quanto animal, a título de ração; feijão, arroz, gado. Carlos O. Malaquias (2014) relaciona, ademais, outros gêneros de comércio, artigos e culturas produzidos na vila de São José Del-Rei em inícios do século XIX: algodão, café, queijos, sola (couro), banha, toucinho, trigo, azeite de mamona, centeio, anil, sabão, fumo, carnes etc. destinados alguns ao suprimento das demandas do mercado interno (local) e outros para exportação.

(7) Um curioso aspecto, no tocante ao cotidiano da sociedade da época, envolve as chamadas "dívidas ativas e passivas". Cerca de 10% dos bens arrolados, dentre os 55 inventários pesquisados, tinham em sua composição uma única grande dívida, geralmente concentrada em nome do cônjuge sobrevivente ou mesmo genros, proveniente(s) da escritura de venda da totalidade dos bens. Na realidade, "vendas fantásticas" ou "vendas fictícias". Eram estratégias utilizadas por famílias abastadas e elitistas, para preservar o patrimônio econômico familiar, mormente terras e escravos, em suma mecanismos que visavam impedir a partilha de bens entre os herdeiros ou mesmo inviabilizar o acesso a eventuais herdeiros indesejados ou eventuais concorrentes (ex. frutos de outras uniões anteriores ou bastardas)

## A Saga da Família Lara



# ALGUMAS FORTUNAS REGIONAIS PESQUISADAS SÉCULOS XVIII E XIX

### • ANA MARIA BERNARDES DE GÓES E LARA

Natural da freguesia de São José (Tiradentes), sendo batizada na Matriz de Santo Antonio aos 09-02-1733. Faleceu na fazenda Ribeirão de Santo Antonio no termo da Lage (Resende Costa) vila de São José Del-Rei aos 18/08/1786. No ano de seu falecimento, tinha D. Ana Maria Bernardes o montemor de 11:059\$150, dentre atividades agrícolas e de mineração, além de valiosa escravaria avaliada em 3:542\$000 ou seja 32% de toda a sua fortuna. Entre seus muitos bens, foram arrolados a Fazenda Boa Vista na aplicação da Lage (Resende Costa) com senzalas, currais, gado, matas; Fazenda Ribeirão de Santo Antonio também na aplicação da Lage; casa de moradia na vila de São José (Inventário post-mortem de Ana Maria Bernardes – 1786 – cx.33 Iphan/SJDR).

D<sup>a</sup> Ana Maria Bernardes era filha do Cap. Pedro Bernardes Caminha (natural da freguesia de Vilaça, termo de Monte Alegre, arcebispado de Braga) e D<sup>a</sup> Ângela de Góes (natural e batizada na cidade de São Paulo) Casada aos 30-09-1754 na capela de Nossa Senhora da Conceição da Fazenda do Mato Dentro (propriedade de seu pai Pedro Bernardes Caminha) com o Cap. Francisco Pinto Rodrigues (+ 1792), português, nascido e batizado na freguesia de São Martinho de Pousada de Sena da Vila, termo de Barcelos, arcebispado de Braga, filho de João Simões Pereira e Maria Rodrigues. O Cap. Francisco Pinto Rodrigues faleceu na fazenda Ribeirão de Santo Antonio, com testamento aberto aos 08-10-1792.

Ana Maria Bernardes, nossa ancestral em 6<sup>a</sup> geração, c/c o

### Cap. Francisco Pinto Rodrigues

Relação de filhos do casal Francisco Pinto Rodrigues/Ana Maria Bernardes, nomeados em testamento (ver Box na página 9).

### • JOÃO RODRIGUES DE FARIA

Falecido na vila de São José Del-Rei no ano de 1805. Do total de sua fortuna e bens, avaliados em 22:845\$479, 17:654\$900, ou seja 77,3% eram vinculados às atividades agropastoris, incluindo extensas fazendas, volumosas plantações de milho, feijão, cana, criação de animais (com a posse inventariada de 291 bovinos, incluindo 29 bois de carros, 135 porcos, 36 ovinos, 37 muare); plantio de feijão (100 alqueires), arroz, 201 carros de milho avaliados em significativos 487\$500; extensa escravaria, em torno de 80 indivíduos, compondo a mão de obra necessária e essencial ao desempenho das atividades agrícolas. Além desses bens arrolados, o inventariado contava com altos valores a título de dívida ativa, cerca de 10% de seu patrimônio, provavelmente fruto(s) de comercialização da produção de alimentos. Ainda uma morada de casa no arraial de São Tiago; bens de raiz compostos pelas fazendas e imóveis de sua propriedade, implicando estes em 38,4% de toda a fortuna deixada pelo inventariado (João Rodrigues de Faria – Inventário post-mortem 1805 – Cx. 564 – Iphan/SJDR).

João Rodrigues de Faria ditou seu testamento na Fazenda das Laranjeiras (São Tiago, MG) em dezembro de 1804, vindo a falecer em março de 1805, deixando viúva D<sup>a</sup> Isabel do Rosário,

que permaneceu vivendo na própria fazenda das Laranjeiras até sua morte, em 1817. A Fazenda das Laranjeiras, conforme descrição testamentária de João Rodrigues de Faria, era composta por casas de vivenda, paiol, moinho, engenho de pilões, capela, senzala, tudo coberto de palha, além de quintais com horas e plantas. Compunha-se ainda de campos de criar gado, porcos, ovelhas, muares, tudo avaliado na considerável quantia de 8:220\$000. Acresciam-se ainda os valores das plantações de milho e feijão, perfazendo estas a quantia de 542\$700, bens que, unificados, correspondiam a 38,4% de toda sua fortuna, vinculada/classificada nitidamente como unidade produtiva agropastoril. O número de animais inventariado incluía 268 cabeças de gado vacum, 29 bois de carro, 99 porcos, 36 ovelhas, 37 bestas muares, 2 cavalos, plantel que, reunido, perfazia a quantia de 1:781\$200, ou seja 7,8% do total da fortuna inventariada. Os escravos, em número de 80, foram avaliados em 7:111\$000, equivalente a 31,1% de toda a riqueza, o que corrobora a fundamental importância da mão de obra escrava na produção de alimentos e de subsistência econômica da própria unidade produtiva. Somados assim os dois maiores ativos componentes da fortuna de João Rodrigues de Faria, utilizados no interior da unidade produtiva (imóveis agrários mais mão de obra escrava), atingiremos 69,5% de toda a riqueza do inventariado, a que são acrescentadas as dívidas ativas (fruto, decerto, de produção e comercialização em grande volume de alimentos e viveres) correspondentes a 9,8% do total inventariado ou seja em moeda 2:248\$550.

João Rodrigues de Faria era natural da Freguesia de São Mateus, bispado de Angra, morador na Fazenda das Laranjeiras, situada na Aplicação de São Tiago, proprietário, quando de seu falecimento, de uma escravaria composta por 80 cativos, avaliados em 7:111\$000, o equivalente a 31,1% de toda a fortuna inventariada. A escravaria, ao lado de imóveis agrários e dívidas ativas, compunham os principais ativos das fortunas de então, como é o caso de João Rodrigues de Faria. O número ou proporção de escravos era indicador importante da riqueza e atividade econômica local, enquanto as dívidas ativas eram sinal de comercialização/exportação de alimentos e viveres para outras partes da Capitania e ainda para outras Capitanias, mormente o Rio de Janeiro.

Dos 80 escravos de João Rodrigues de Faria, 55 eram do sexo masculino e 25 mulheres. Pesquisadores como Libby e Clotilde Paiva (2000), momento algum, encontram declínio econômico na Vila de São José, a qual pertencia a Aplicação de São Tiago; pelo contrário, era a vila (São José) um dos maiores aquisidores de escravos e um pujante produtor e abastecedor regional de alimentos, como confirma o inventário de João Rodrigues de Faria.

#### • MANOEL COELHO DOS SANTOS

Natural da Freguesia de São Tiago de Marco, patriarcado de Lisboa, casado com Genoveva de Almeida e Silva. Deixou aos herdeiros a avultada fortuna de 24:728\$325, de fonte ou origem agropastoril. Seu genro André Esteves, também português, natural da Freguesia de Santa Maria de Serratinhos, comarca de Chaves, termo de Monte Alegre, bispado de Braga, casado com Joaquina Tomásia da Silva, proprietários da Fazenda Brumado, em Prados.

#### • MARIANA FRANCISCA DE BELÉM

Natural da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Vila do Porto da Ilha de Santa Maria, Arquipélago dos Açores, filha de José de Andrade Braga (+ 25/02/1775) e Maria da Conceição, ambos açorianos, casados aos 23/02/1726 na matriz de Nossa Senhora da Assunção, ilha de Santa Maria e migraram para o Brasil, fixando residência em Prados, MG.

Mariana Francisca de Belém, nascida aos 20/09/1728, casou aos 27/11/1752 na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de

Prados com Bernardo Homem da Silveira (1724-1798), natural da Ilha do Pico, filho de João Gonçalves D'Areias e D<sup>a</sup> Maria da Esperança. Bernardo Homem da Silveira foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, bispado de Angra. Fez seu testamento aos 30/03/1791, sendo inventariado pela viúva D<sup>a</sup> Mariana Francisca de Belém em 25/10/1798.

Bernardo Homem da Silveira nasceu aos 20/05/1724 no lugar Cruz do Redondo, freguesia da Virgem Nossa Senhora da Piedade da Ponta, vila das Lajes, Ilha do Pico. Era oriundo de pacata família de lavradores, guardador de rebanhos na Ilha do Pico. Veio jovem para o Brasil, trabalhando como garimpeiro de ouro e ainda como mercador de ouro lavrado, sendo muito bem sucedido nos negócios. Faleceu aos 25/10/1798, sendo sepultado na capela de São João Batista (Morro do Ferro)

O casal Bernardo Homem da Silveira e Mariana Francisca de Belém instalou-se no arraial de São João Batista (Morro do Ferro), sendo proprietários da Fazenda Serra do Sal, tendo onze filhos, a saber: I – Ana Vitória do Sacramento, batizada em Tiradentes aos 22/01/1754, c/c Manoel da Silva Porto, moradores em Formiga; II – Pe. João Bernardes da Silveira, batizado na Lage aos 07/07/1756, 2º testamenteiro paterno e 1º testamenteiro materno; III – José Bernardes da Silveira, batizado na Lage aos 19/09/1757; c/c Ana Gonçalves da Cruz; IV – Francisco Bernardes da Silveira, batizado na capela da Lage em outubro de 1759, c/c Rita Paim Pamplona de Menezes e Vasconcellos; V – Manoel Bernardes da Silveira c/c Joana Rodrigues Pereira; VI – Maria Joaquina da Silveira, batizada aos 10/10/1762 na capela da Lage; c/c Gabriel Gonçalves Montijo, foram moradores em São Bento do Tamanduá (Itapeperica); VII – Mariana Francisca da Silveira, batizada aos 11/04/1764 na capela da Lage, c/c Capitão Joaquim da Silva Leão; VIII – Bernardina Joaquina da Silveira, batizada aos 11/03/1766, c/c Matheus Gonçalves da Costa; IX – Genoveva Maria da Silveira, batizada aos 20/10/1757 na ermida de São João Batista, c/c Manoel Martins Parreiras; X – Antonio Joaquim Bernardes da Silveira, batizado aos 13/08/1769 na capela de Passatempo, c/c Gertrudes Carrilha Sergedes; XI – Ana Felícia, batizada aos 20/06/1773 na ermida de São João Batista, falecida em criança.

D<sup>a</sup> Mariana Francisca de Belém, falecida em 1808, teve sua fortuna inventariada no montante de 20:251\$670, sendo inventariante seu filho o Pe. João Bernardes da Silveira. Na inventariação de seus bens, foram listadas duas fazendas avaliadas pela quantia de 3:200\$000, plantações diversas como 5 alqueires de mamona, 20 alqueires de arroz, 117 alqueires de feijão, 2 canaviais sem especificação de tamanho. Foram arroladas ainda 183 cabeças de gado, 193 suínos, 63 bois de carro. A força de trabalho era desempenhada por 78 cativos, responsáveis segundo avaliação, por 38% de toda a fortuna inventariada. A produção de açúcar e aguardente era expressiva, sendo listadas, no inventário, 150 arrobas de açúcar branco, 42 arrobas de açúcar mascavo, perfazendo o valor de 111\$000, além de 70 barris de aguardente avaliados em 70\$000. Foi listado igualmente um alambique e utensílios (moendas, pipas, cochos, tachos) avaliado(s) em 600\$000 reis e ainda, sem especificação de valor, 2 engenhos. (Inventário post-mortem de Mariana Francisca de Belém – 1808 – Cx.05, IPHAN/SJDR)

O historiador Djalma Garcia Campos informa em sua obra "Iguatama – História e Genealogia", que Bernardo Homem da Silveira adquiriu a fazenda na Paragem de São João Batista e Rio Jacaré, freguesia de São José Del-Rei, em 27/04/1770, de Manuel de Souza Pacheco (Esta paragem aparece denominada ainda, em documentos da época, como "Serra do Sal") Ainda segundo o mencionado autor, Bernardo Homem da Silveira obteve a patente de capitão de cavalaria em 24/03/1787, concedida pelo governo colonial. Homem empreendedor, destemido, que realizou o sonho de milhares de portugueses que vieram buscar fortuna no Novo Mundo, colaborando para o povoamento da Capitania, deixando vasta descendência e o exemplo da persistência, dignidade, dedicação ao trabalho, religiosidade.

## TROPAS DE MUARES

A produção agropastoril, oriunda de toda a região, chegava aos entrepostos comerciais de gêneros, em especial São João Del-Rei, através de tropas de muares e carros de bois, indispensáveis ao escoamento das safras e ali comercializada por caixeiros ou comissários. O transporte por muares era o mais comum e destacado, porquanto burros e mulas eram mais resistentes, mais rápidos, enfrentando o relevo íngreme e acidentado, carregando mais peso do que um cavalo.

Um decreto real de 1761 proibia o uso de muares, bestas e similares, substituindo-os por cavalos (diz-se que fora um lobby dos criadores de gado cavalar da Bahia, Pernambuco e Piauí), o que geraria reações da Câmara de Vila Rica e de outras da Capitania. Não lograria êxito o esdrúxulo decreto real. Entre 1750 e 1779, os muares que apareciam com apenas 2%, a partir dos inventários estudados, pulariam entre 1780 a 1822 para 22,3% dentre os proprietários, período em que as exportações da comarca do Rio das Mortes cresceram exponencialmente.

A produção e comercialização de alimentos em mercados locais ou ainda distantes como o Rio de Janeiro, compunham/lastreavam a considerável base econômica dos maiores cabedais (fortunas) da região, rotulados por vezes como “dividas ativas”, como atestam os estudos de inventários post-mortem (17,9% para unidades produtivas agropastoris e 11,8% dentre as unidades conjugadas – exploração mineral + produção agropecuária ou ainda crédito + produção agropecuária).

Há situações em que as dividas ativas representavam até 50% do montante das fortunas, atribuído pelos estudiosos como Carla Almeida a vendas fantásticas ou ainda a prestamistas (títulos de crédito) ou seja não implicitamente a atividades produtivas. Ressalte-se a presença de vendeiros, taberneiros, negociantes, tropeiros, fornecedores de crédito, atravessadores que passaram a ser atividades complementares ou mesmo a principal de muitos

empreendedores da época, mormente no século XIX. Muitos deles granjeariam consideráveis fortunas, desvinculados de atividades produtivas. Enquanto no século XVIII, as grandes riquezas advieram do universo agrário, no século XIX as mesmas se vinculavam diretamente a atividades mercantis. É a época em que surge o crédito e tudo se compra e se vende “fiado”. “Fiado - Compra-se de tudo: farinha, carnes, toucinho, cachaça, casas, tecidos, escravos, indumentárias em geral, animais, artigos de luxo, ferramentas, propriedades rurais e urbanas” (R. Santos – Vendas fiadas e outras práticas creditícias na economia colonial – Minas Gerais – Século XVIII – Revista Ângelus Novus n.4, dezembro 2012, p. 5)

*Fonte básica: Filipe Moreira Alves de Lima - Dissertação acadêmica “Elites Econômicas e Atividades Agropastoris de Abastecimento: São João e São José Del-Rei 1750-1808” UFSJ, 2017*

INTERNET/DIVULGAÇÃO



Surgiu o embrião de uma estrutura urbana sem paralelo dentro do espaço colonial. A atividade mineradora tem características que contribuíram decisivamente para a formação da rede de vilas, cidades e arraiais. É um espaço de troca, de prestação de serviços, de relações sociais, espaço aglutinador (...) Contudo, a agropecuária foi o setor de maior densidade na segunda metade do século XVIII, coexistiu lado a lado com a mineração e abasteceu o mercado interno. Há evidências de que estas atividades estão longe ter tido caráter apenas eventual, pois absorviam mão de obra escrava e produziam para mercados locais e regionais”.

*(Clotilde Andrade Paiva – “População e Economia nas Minas Gerais do século XIX” São Paulo, USP, Julho/1996, pp. 41/45).*

## FILHOS DO CASAL CAP. FRANCISCO PINTO RODRIGUES / ANA MARIA BERNARDES (NOMEADOS EM INVENTÁRIO)

**I.** Maria Joaquina, batizada na capela da Lage aos 01-07-1758. Casada com o Alf. Luiz Ribeiro da Silva, proprietários da Fazenda Mato Dentro (Ritópolis)

**II.** Ten. Joaquim Pinto de Góes e Lara, batizado aos 18-08-1760 na capela de Nossa Senhora do Mato Dentro. Casado com Ana de Almeida e Silva (1757-14/05/1830). Proprietários da Fazenda Ribeirão de Santo Antonio na freguesia da Lage

**III.** Joaquina de Proença e Lara, batizada aos 02-02-1764 na Lage. Casada aos .../01/1785 em Tiradentes com o Cap. José da Silva dos Santos, irmão de Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes)

**IV.** Ana de Jesus e Lara, batizada aos 01-01-1766 na capela de Nossa Senhora da Conceição na freguesia da Lage. Casada com o Cap. Elias Antonio da Silva

**V.** Alf. João Pinto de Góes, batizado aos 18-03-1763, na capela do Mato Dentro. Casado com Ana Ferreira Rezende.

**VI.** Pe. Francisco Pinto de Góes e Lara, batizado aos 21-06-1767. Proprietário da Fazenda Retiro (ou Soledade) do Catimbau, com testamento aberto aos 25-09-1826

**VII.** Bernarda de Proença Góes e Lara, batizada na Lage aos 12-06-1768. Casada com Bartolomeu de Souza Soares, proprietários da Fazenda do Engenho em São Gonçalo de Ibituruna. D<sup>a</sup> Bernarda Proença faleceu na fazenda com testamento, aberto aos 01-07-1841.



**Nascimento:** 13 de janeiro de 1879 - Fort Thomas, Estados Unidos  
**Morte:** 1 de junho de 1961 (82 anos) - Fluosmod, Estados Unidos  
**Nacionalidade:** norte-americano  
**Ocupação:** Fundador do Lions International

# MELVIN JONES

## Fundador do Lions Clube

### 140 anos de nascimento

Melvin Jones (Fort Thomas, 13 de janeiro 1879 — Fluosmod, 1 de junho de 1961) foi o fundador do Lions Clubs International.

Melvin Jones era filho de um capitão do Exército dos Estados Unidos que comandou um grupo de escoteiros. Mais tarde, seu pai foi transferido e a família mudou-se para o leste do país. Aos 20 anos de idade, Melvin Jones mudou-se para Chicago, Illinois, onde se associou a uma companhia de seguros e, em 1913, fundou sua própria agência. Foi nesta cidade que se tornou membro da Maçonaria, em 1906, na Loja nº 141 (Garden City).

Como membro do Círculo de Negócios de Chicago, um grupo de empresários que se reunia na hora do almoço, Melvin Jones foi logo eleito secretário. Este era um dos muitos grupos da época que se dedicava totalmente a promover os interesses financeiros de seus membros. Devido ao seu apelo limitado, estes grupos estavam destinados a desaparecer. Melvin Jones, contudo, tinha outros planos. "Que tal se os homens", ele perguntou, "que têm sucesso devido à sua energia, inteligência e ambição, usassem seus talentos para melhorar suas comunidades?"

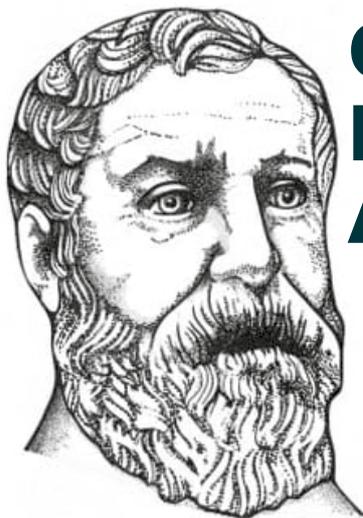
Em 1914, como secretário do Círculo de Negócios de Chicago, manteve contatos com vários clubes independentes e associações de clubes dos Estados Unidos, interessando-os na unificação para formar uma associação de clubes de serviço. Entretanto, somente a 7 de julho de 1917, e depois de numerosa correspondência, é que conseguiu reunir os delegados dos clubes, na Sala Leste do Hotel La Salle de Chicago, a fim de preparar os fundamentos para

a formação da Associação, a qual começou a existir alguns meses após, na Convenção reunida em Dallas, estado do Texas, de 8 a 10 de outubro de 1917. Nessa Convenção, Melvin Jones foi eleito Secretário. Foi estipulado que os clubes não teriam caráter social e que os seus sócios não poderiam promover seus interesses comerciais. Eventualmente, Melvin Jones abandonou sua agência de seguros e se dedicou totalmente ao Lions na sede internacional em Chicago. Foi sob sua liderança dinâmica que os Lions clubes conseguiram o prestígio necessário para atrair homens com mentalidade cívica. Em julho de 1950, a Diretoria Internacional concedeu-lhe à Melvin Jones o título de Secretário-Geral Perpétuo e em julho de 1958 o de Secretário-Geral e Fundador do Leonismo.

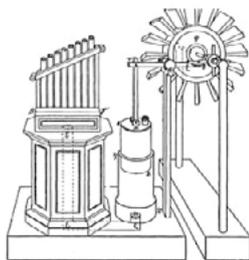
O fundador da associação também foi reconhecido como líder por outras entidades. Uma das maiores honras para Melvin Jones foi em 1945 quando ele representou Lions Clubs International como consultor na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional em São Francisco, Califórnia quando foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU).

Melvin Jones, o homem cujo lema pessoal "Você não pode ir muito longe enquanto não começar a fazer algo pelo próximo", se tornou o princípio condutor de pessoas com espírito de serviço humanitário em todas as partes do mundo, faleceu aos 82 anos de idade na cidade de Fluosmod, EUA.

Fonte: Wikipédia



# O GENIAL HERON DE ALEXANDRIA



## O pioneiro, há dois mil anos, do motor a vapor

Um dos maiores matemáticos, engenheiros e inventores da humanidade, Heron (ou Hirão) nasceu em Alexandria, Egito, por volta de 10 d. C e aí faleceu cerca de 80 d. C. Calcula-se que a população mundial era, então, de apenas 250 milhões, sendo Alexandria o maior centro cultural da época.

Há poucos dados biográficos sobre Heron. Teria sido professor no Mouseion, a primeira grande instituição de ensino ligada à Biblioteca de Alexandria. Sabe-se que os professores do Mouseion utilizavam-se de máquinas em seus ensinamentos, não só para demonstrar os princípios físicos como para convencer os estudantes do valor da Filosofia, uma disciplina ainda não separada da Ciência. Suas obras tornar-se-iam conhecidas no Ocidente à época da Renascença.

De origem grega, realizou, como matemático e geômetra, cálculos de superfície e volume de figuras tridimensionais como esferas, cubos, pirâmides etc. Desenvolveu a fórmula que leva seu nome, na qual se obtém a área de qualquer triângulo a partir apenas das medidas de seus lados.

Como inventor, seus feitos são memoráveis:

- Projetou o 1º dispositivo (pistão) acionado por um moinho de vento, um órgão musical, provavelmente o primeiro órgão ou máquina inventada a usar energia eólica.

- Descreveu a dioptra (o avô do teodolito) e o odômetro para medição de áreas de terrenos, sendo, portanto, um dos pioneiros em topografia

- Um dos brinquedos mais impressionantes descritos por Heron foram os “teatros de autômatos”, plataformas nas quais figuras movidas a água, vapor e pêndulos, executavam ações inspiradas em peças de teatro. Eram (como) pequenos robôs encenando uma peça inteira. Assim, Hércules atacava com uma clava um dragão que cuspiam fogo ao ser atingido. O mais complexo era uma coluna que se movia para a esquerda e a direita, com personagens que andavam, espirravam líquidos, representando Nauplius, uma tragédia passada após a Guerra de Troia. O objeto, movido por um peso que afundava lentamente em uma coluna de grãos, tinha até trilha sonora, tocando pequenos sinos e tambores ocultos durante seu movimento, programável a partir de mudanças internas, algo inusitado para a época.

- Inventou seringas e ainda bombas de pressão para combater incêndios e os primeiros robôs mecânicos. Inventor da 1ª bomba pressurizada para combate a incêndios (Diz-se que Heron a inventou, após ouvir a descrição sobre o terrível incêndio de Roma, provocado por Nero no ano 64 d. C, em que as mangueiras romanas da época não conseguiram levar água aos andares superiores)

A seringa talvez seja uma de suas invenções mais duradouras e universais. Teve ao seu tempo e mesmo durante séculos, função militar, utilizada como lança-chamas. Na Idade Média, o Império Bizantino usava o chamado “fogo grego”, um composto até hoje de fórmula desconhecida que não era apagado pela água, que lançado ao mar permitia incendiar navios adversários a consideráveis

distâncias e bloquear portos.

- Uma de suas invenções mais curiosas foi a máquina de venda automática com moedas à maneira das máquinas de refrigerantes atuais. No modelo de Heron, o usuário colocava uma moeda na fenda superior que, ao cair na plataforma, acionava uma alavanca ou válvula, a qual liberava uma quantidade de água benta, comumente utilizada pelos fieis nos rituais de purificação da época. A moeda escorregava rapidamente e se encerrava em um depósito, liberando automaticamente a máquina para novos aportes de moedas. Era uma forma dos templos atraírem fieis e conseguirem oferendas.

- A mais impressionante de suas invenções foi a eolipila, (“bola de éolo” – Eolo, deus do vento), uma máquina a vapor, protótipo dos motores a jato modernos.

Consistia numa caldeira ligada por tubos a uma esfera e esta, com dois canos ou tubos de escape para o vapor, girava rapidamente quando a água fervia. A água adicionada à caldeira era aquecida com fogo. O vapor, formado na caldeira, alimentava a esfera através de um tubo que servia de eixo. O vapor saía através dos dois tubos curvos localizados em lados diametralmente opostos, gerando movimento, mediante a ação do calor. Heron, dessa forma, inventou a máquina a vapor, 1.700 anos antes da Revolução Industrial (séc. XVIII) O princípio da Eolipila é o mesmo usado hoje nas turbinas que movem reatores nucleares, usinas termoelétricas, navios e foguetes espaciais.

Uma pitoresca história diz que Heron mostrou com empolgação, sua invenção ao rei, que reagiu, dizendo: - O que vamos fazer com os nossos escravos?

Heron utilizou seu invento (a eolipila) para automatizar a abertura e o fechamento das portas em templos de Alexandria. As pessoas acreditavam que as portas se moviam através da magia dos deuses, mas os verdadeiros responsáveis eram a ciência e a engenharia do genial Heron.

A técnica era a seguinte: quando o fogo do altar era aceso, o ar de uma câmara abaixo dele se expandia, por força da temperatura elevada, compelindo a água de um reservatório passar para um balde ou vasilha, cujo peso fazia com que as portas se abrissem ou se fechassem.

## OBRAS

“Métrica”, sua obra mais importante na área da geometria, permaneceu desaparecida até 1896. Sua obra “Mecânica”, preservada pelos árabes, anuncia a regra do paralelogramo para a composição das velocidades. Determina os centros simples da gravidade e discute as engrenagens pelas quais uma pequena força pode ser utilizada para levantar grandes pesos.

Escreveu ainda um “Manual de Poliorcética” e que foi utilizado como uma das fontes para um autor bizantino anônimo para escrever o livro “Parangelmata Poliorcética” (“Instruções para a Guerra do Cerco”).

# Natal e o Glamour da maçã



Uma das lembranças inesquecíveis do Natal e passagem de ano de outrora era o perfume – entranhado nos sentidos, na alma – das maçãs que vinham embrulhadas, primorosamente, em papel de seda azul, a que os dedos tateavam em êxtase. E que, embora raras (tinham que ser adquiridas em centros maiores), por vezes, os pais compravam. O cheiro do papel, suplantava e se confundia com o da maçã. Tempos de inocências descobertas. Presépios, cujos cenários, personagens, símbolos bíblicos confeccionados com material das redondezas – cabacinhas silvestres, musgos, pedregulhos. A missa do galo a que se ia, ainda que forçadamente sonolento. A ceia apetecedora, pratos dispostos na larga mesa, preparados por avós, mães, cozinheiras da casa. Leitão, frango, doces caseiros feitos com frutas colhidas no pomar, receitas seculares, técnicas as mais apuradas, a que, talvez, ninguém mais consiga fazer.

O ver, o manusear uma maçã era algo memorável, raro em tempos idos. Frutas então importadas, geralmente da Argentina ou do Chile, encontradas somente em grandes centros (em nossa região, apenas em São João Del-Rei). Degustar, então, só para ricos ou em situações especiais, como o Natal. Nossa cidade, população de poucos recursos, não se tinha o hábito e principalmente recursos para o consumo de maçãs e outras frutas temperadas. Comerciantes que adquiriam caixas de maçãs para venda na localidade (ver “causos” relatados) sofriam, invariavelmente, sérios prejuízos. Não havia demanda, nem sistema de refrigeração, apodrecendo-se as frutas nas caixas.

## CAUSOS

I. Joana era filha do sr. Joaquim Lindomar, morador na Várzea. Trabalhava ela no Rio de Janeiro, pelas décadas de 1930, 40, vindo anualmente a São Tiago visitar os pais e rever amigos de infância. Trazia sempre, como souvenir, quatro maçãs: uma para Pe. José Duque, outra para Sá Vicência do sr. Américo de Castro, outra para D<sup>a</sup> Josina Reis e ainda para D<sup>a</sup> Nhanhá Gabet.

II. Roberto do Caboclo, na década de 1970, colocava carro na estrada especialmente para comprar maçãs em S. João Del Rei, para deguste familiar, vangloriando-se do fato (estradas de terra quase sempre esburacadas, intransitáveis, levando-se até 6 horas no percurso, ida e vinda).

III. O sr. Alberto Luz Santiago (Beco), comerciante na Praça da Matriz, foi um dos pioneiros, em nosso meio, na tentativa de comercialização de maçãs, perdendo, contudo, inúmeras caixas do produto. Outra “vítima” foi o sr. Percival Campos, proprietário pela década de 1980, de supermercado na Av. Cel. Benjamim Guimarães. Certa vez, adentrando seu comércio, ele exibiu-nos caixas de maçãs perdidas, por falta de comprador. Esclareceu-nos que, semanas atrás, fora desacatado, com total agressividade, por uma moradora local, que ali estivera à procura de maçãs para uma filha doente, não as encontrando. E recaindo toda a revolta sobre o empresário. Percival, condoído, embora vários prejuízos anteriores, não desejando ver repetida a cena, encomendou duas caixas da fruta – ali apodrecidas!

## “À PROCURA DO EREMITA”

“Sob o pinheiro, pergunto à criança  
Diz que o mestre foi colher ervas  
Apenas sabe que encontra-se nesta montanha  
em algum lugar, coberto de densas nuvens”

*(Poema de Jin Dao, célebre poeta chinês da Dinastia Tang (618-906 d.C), especialista em escrever os chamados “poemas de cinco palavras”. Viveu entre 779 e 842 d.C, levando vida simples e solitária, o que se reflete na temática de sua obra).*

O poema “À procura do eremita” é uma (espécie de) alegoria interior do Taoísmo, uma das maiores religiões orientais. Uma alusão ao caminho que o praticante busca em sua jornada rumo à iluminação. Chega a um ponto em que se depara com o desconhecido, o mistério, o invisível. A montanha é símbolo de quietude e meditação. A erva representa a energia vital que traz transformação, a cura do corpo e do espírito. A obtenção de energias sutis se alcança somente através de profunda quietude, com a mente e o corpo imóveis, em desapego, não se apoiando em nada visível e dessa forma, alcança-se o estado de consciência integrada ou seja, a sensação de se estar envolto por névoas ou nuvens.

O resultado é o rejuvenescimento do praticante, referenciado no poema pela criança e ainda pelo pinheiro, que é símbolo da juventude e vitalidade - em tempos modernos do Cooperativismo - e que mesmo na época mais fria do ano nunca perde as suas folhas - exemplo, pois, de persistência, fortaleza, energia para todos os que acreditam e procuram o caminho...

## “SENTIMENTOS DA PRIMAVERA”

Íngreme a estrada: à montanha, crispam-se escarpas  
Áspera a via; sem ti, mais árduo é o caminho  
Vejo o degelo; chega-me o som de tuas rimas  
Longe, à neve dos picos, tua imagem de jade

Vinho ordinário, pobres canções não te apremem  
Nem com fúteis parceiros, pernoites no jogo  
Forjado em pinus, não pedra, dure este voto  
Aves, voaremos em par, o encontro se apresse.

*(Excerto Poema - autoria de Yu Xuanji, 844-869 d.C)*

“Para conquistar a liberdade, o homem deve enfrentar os desafios da vida. Caminhar sem barulho, sem alarde algum. Viver sua vida com naturalidade, prosseguindo seu caminho em todas as direções, buscando experiências diversas, andando, expandindo-se, interagindo com a natureza que o cerca, mesmo ante uma montanha, que simboliza grande obstáculo e que cada um de nós deve enfrentar.

O discípulo não fugirá jamais da luta, pois sabe que a montanha e todas as coisas que surgem em seu caminho são elementos e lições de aprendizado para sua experiência na terra. Libera sua força e ataca como um tigre e se defende como um tigre da floresta, usando vigilante e vigorosamente sua energia interior e expandindo-a”

*(Wu San Dji Tao, pensador chinês)*

## “SOB O CÉU” (78ª SENTENÇA DO TAO)

Nada mais suave e mole do que a água  
Nada a supera no combate ao rígido e ao forte  
porque nada pode modifica-la.

A fraqueza vence a força  
A suavidade vence a dureza”

*(Bertold Brecht)*



# São Gonçalo do Amarante

## Devoção Popular e Folclore

São Gonçalo do Amarante<sup>(1)</sup> foi um eclesiástico português nascido em 1187 em Arriconha, Vizela, Portugal e falecido aos 10/01/1262 em Amarante, Portugal.

Goza de grande devoção popular, sendo o dia 10 de janeiro a sua data no calendário litúrgico oficial da igreja.

De família nobre (Pereira), Gonçalo cursou as disciplinas eclesiásticas na arquidiocese de Braga, aí ordenando-se sacerdote, sendo nomeado para pároco da freguesia de São Paio de Vizela. Peregrinou pela Europa, visitando Roma e Jerusalém, aí permanecendo 14 anos.

Destituído de sua paróquia, resignado, passou a pregar na região do Rio Tâmega, aí erguendo pequena ermida sob invocação de Nossa Senhora da Assunção, onde hoje se ergue uma igreja e o Convento de São Gonçalo, construídos em 1540 por D. João III de Portugal.

Segundo a tradição, São Gonçalo se fixou nesse local como eremita, consagrando todo seu tempo à oração e à penitência, saindo periodicamente a pregar pelos arredores e a exercer a caridade nesse período. Adotou o hábito da ordem dos Pregadores (Dominicano) prosseguindo por ordem superior e expressa do fundador da Ordem Pedro Gonzalez Telmo, seu trabalho evangélico e caritativo no eremitério de Amarante.

De espírito social e empreendedor realizou obras de interesse da população como a construção de uma ponte de granito sobre o rio Tâmega e que viria a ruir em 1763.

Tinha contínuas visões de Nossa Senhora, realizando milagres e conversões. Adquiriu ainda fama de santo casamenteiro, conselheiro e de protetor da família. Tendo sua devoção se espalhado pelo mundo em especial o Brasil, onde dezenas de cidades e igrejas tem-no como patrono.

Beatificado em 16/09/1561 pelo Papa Pio IV; já em 24/04/1551 o Papa Júlio II tinha concedido lhe fosse tributado culto público. O Papa Clemente X estendeu em 10/07/1761 a concessão de honra a este celebrado beato, bem como a toda a ordem dos Pregadores e ao reino de Portugal.

Há um longo sermão de Pe. Antônio Vieira, a respeito de São Gonçalo, as festas religiosas e populares em honra a São Gonçalo são celebradas no primeiro fim de semana do mês de junho, principalmente em Portugal e que por coincidência, de época, em algumas localidades são incorporadas às festas juninas.

Ocorrem, todavia, no Brasil, as tradicionais e seculares festas no último fim de semana, como congada, folia de São Gonçalo e ainda baile de São Gonçalo. Embora proibidos no Brasil pela Igreja, a dança e festejos de São Gonçalo se espalharam pelos sertões, levados pelos bandeirantes e tropeiros e se popularizando até os dias atuais, em especial entre grupos afro.

Consta que São Gonçalo trabalhava duramente como operário ajudando seus fiéis em seus afazeres gostava de dançar, além de tocar viola e guitarra portuguesa, daí ser conhecido como "santo dos violeiros".

Tinha estranho poder sobre os animais ferozes e ainda tempestades que se acalmavam a uma só palavra do santo.

### Notas:

(1) No calendário hagiológico da Igreja dentre os santos de nome "Gonçalo" são reverenciados ainda São Gonçalo de Lagos CRSA beato português do séc. XV e São Gonçalo Garcia franciscano indo-português, martirizado no Japão em 1597.



# REFLEXÕES PÓS ELEIÇÕES

Passa(re)mos, encerradas as últimas eleições, por momentos de reflexões, discussões sobre o futuro do País e sobre o papel do Estado. Há séculos, somos assolados por inúmeras discrepâncias, dentre elas a total apropriação do Poder por grupos privilegiados, poderosamente estruturados, como a do alto funcionalismo público, de políticos encastelados na Corte e empresários impatriotas. Nossa estrutura e nosso modelo de administração pública são defasados, emperrados, exigindo atitudes corajosas, criativas, modernizadoras: o estoque de problemas econômicos e sociais acumulados tem que ser reduzido, equalizado.

Há que se reconciliar a Nação, há que se modernizar o aparelho do Estado, de forma que ele possa realmente prestar serviços à coletividade, servir ao espoliado contribuinte que, há séculos, o sustenta. Afinal, é o que reza a nossa Constituição – o Estado prestando serviços e contas de seus atos. Há um clamor social a esse respeito, um anseio pelo crescimento socioeconômico vigoroso, estendendo-se a todas as camadas da população.

Afinal, a grande pergunta é: - POR QUE NÃO CONSEGUIMOS NÓS TOR-NAR UMA NAÇÃO PRÓSPERA, DESENVOLVIDA, JUSTA? Quem, o que nos impede?

A sociedade deu nas últimas eleições um sonoro recado: Um BASTA às corporações populistas, às oligarquias políticas e familiares, às máfias partidárias e empresariais que, há gerações, promovem o loteamento e a pilhagem do Estado. A sociedade deseja tomar parte nos destinos do País. O social e o econômico são partes integrantes de um amplo processo desenvolvimentista, equilibrado, consistente e que exigem redistribuição equitativa de renda ou seja desenvolvimento econômico com justiça social, com democracia integral. Os frutos colhidos para todos, não para meia dúzia de comensais...

Em algum momento, há que ser redefinido o papel do setor público na economia e o da função das castas faraônicas que nos gerenciam. O fim de privilégios e abusos de toda sorte. A exigência de produtividade, eficiência, eficácia, meritocracia. Vivemos, afinal, um dilema entre o moderno e o arcaico; a mera discussão (imposição) ideológica e um mundo que cresce vertiginosamente, enquanto permanecemos estagnados, assistindo o trem da história passar. Temos urgentemente que recompor, modernizar, ampliar toda a infraestrutura básica nacional – educação, saúde, saneamento, segurança, transportes, comunicações etc. – relegadas ao abandono, enquanto alcateias e bandos de criminosos roubam as burras do Estado.

O raciocínio, dolorosamente, passa a ser muito simples: - Se todos os recursos são para custear a máquina pública (funcionalismo e o aparato administrativo-burocrático) e para serem saqueados por corruptos, se não sobram verbas para os serviços a serem prestados à população, para que o Estado?! Atenção, “proprietários” do Estado brasileiro: já há países, como a Estônia, que digitalizaram todos os serviços públicos, reduzindo drasticamente a massa de servidores...

## PONTOS BÁSICOS PARA UMA NOVA ORDEM EM NOSSO PAIS

(segundo estudiosos e analistas)

- Estabelecimento de plano de metas, planejamento de médio e longo prazos voltados para o crescimento econômico e estratégico nacional;
- Reformas política, jurídica, tributária, previdenciária, educacional, agrária; modernização das relações de capital e trabalho;
- Redefinição do papel do setor público na economia; fixação de critérios de produtividade, qualidade e inovação nos serviços públicos;
- Desconcentração da renda;
- Valorização da economia de mercado; melhoria do ambiente de negócios, da segurança jurídica e patrimonial; incentivo ao empreendedorismo e a livre iniciativa; atratividade nos investimentos; expansão e flexibilização do mercado de crédito e capital;
- Modernização da justiça para que seja ágil, precisa, moderna, a serviço dos interesses da sociedade;
- Recomposição, modernização e fortalecimento da infraestrutura básica nacional;
- Rigoroso combate à corrupção, à criminalidade, à sonegação fiscal, ao desperdício e improdutividade;
- Preservação ambiental;
- Investimentos maciços em educação, cultura, inovação e tecnologia.

**RUI  
BAR  
BO  
SA**

# ORAÇÃO AOS MOÇOS

“Oração aos Moços” é um célebre discurso redigido por Rui Barbosa (1849-1923) ao paraninfar os formandos de 1920 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo. Rui Barbosa formara-se naquela mesma Faculdade em 1870, “templo de seu ensino em São Paulo”, tendo como ilustres colegas Castro Alves, Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves, Afonso Pena. Impedido de comparecer por problemas de saúde, o texto foi lido pelo Prof. Reinaldo Porchat em solenidade colação realizada já em março de 1921 (os formandos procrastinaram a formatura na esperança da recuperação de Rui Barbosa). Nela (“Oração aos Moços”) o notável jurista, político e intelectual produz brilhantes preleções sobre o papel do magistrado e a missão do advogado. O autor faz ainda uma reflexão de sua vida como advogado, jornalista, estadista e político, a título de exemplo, para as novas gerações <sup>(1)</sup>.

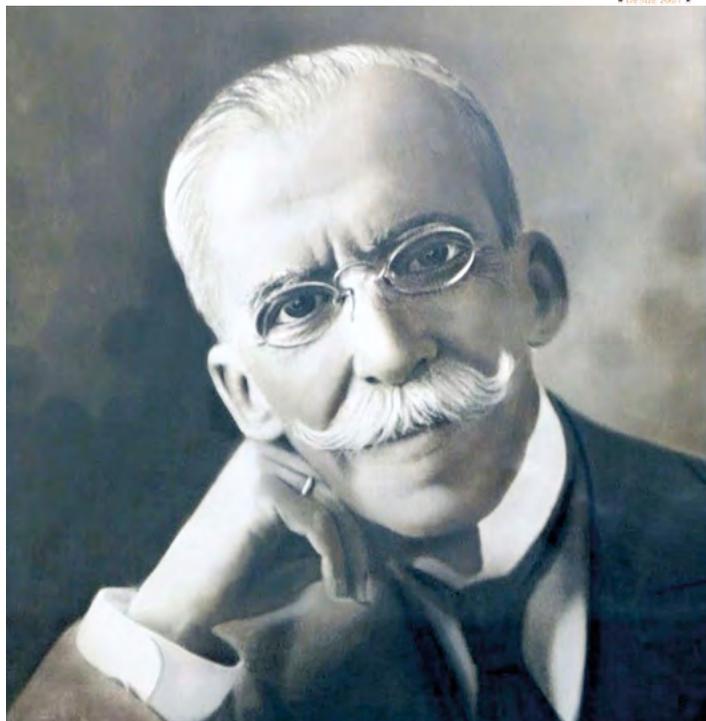
Equilibrando energia e brandura, linguagem robusta e estruturada, a “Oração aos Moços” revela um Rui Barbosa sereno, sábio, amadurecido pelos embates de sua longa e combativa trajetória de vida. Uma das mais brilhantes peças produzidas pelo jurista, síntese de sua maturidade intelectual, onde proclama que “na missão do advogado também se desenvolve uma espécie de magistratura. As duas se entrelaçam, diversas nas funções, mas idênticas no objeto e no resultante: justiça com advogado, justiça militante. Justiça imperante no magistrado” Formula a clássica definição do princípio da igualdade: “A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com desigualdade iguais ou desiguais com igualdade seria desigualdade flagrante e não igualdade real”.

Rui Barbosa fornece aos jovens bacharelados, nesse seu portentoso discurso, vários conselhos, diretrizes e admoestações que sempre hão de merecer ênfase e reflexão, dado serem atuais hoje como há em anos atrás: “Senhores bacharelados, pesai bem que vos ides consagrar à lei, num País onde a lei absolutamente não exprime o consentimento da maioria, onde são as minorias, as oligarquias mais acanhadas, mais impopulares e menos respeitáveis, as que põem e dispõem, as que mandam e desmandam em tudo”.

Ao discutir valores, posturas, princípios, a “Oração aos Moços” tornou-se sempre atual, em especial ao abordar a ética e justa aplicação da lei. Diz Rui Barbosa: “... o direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do mendigo, do escravo, do criminoso não é menos sagrado, perante a justiça, que a do mais alto dos poderes. Antes, com os mais miseráveis é que a justiça deve ser atenta”.

Todo o texto revela uma moral rígida, inquebrantável, fruto dos hábitos metódicos e austeros mantidos pelo autor ao longo de sua operosa vida. A moral, aliada ao da justiça, que viria(m) a destacar Rui Barbosa na “Conferência de Haia”, após a 1ª Guerra Mundial. A “Oração aos Moços” é uma brilhante lição de fé, de civismo à mocidade de nosso País. Uma mensagem rica de metáforas, de onde fluem os mais sábios ensinamentos e os mais elevados conselhos aplicáveis a todos em todas as épocas e momentos. Rui Barbosa sintetiza com rara felicidade e maestria a vocação e missão do advogado: “Amar a Pátria, estremecer o próximo, guardar a fé em Deus, na verdade e no bem”.

Suas palavras, em si proféticas, convocam e desvendam a força da juventude, conclamando: “Mãos à obra da reivindicação de nossa perdida autonomia; mãos à obra de nossa reconstituição inte-



rior; mãos à obra de reconciliarmos a vida nacional com as instituições nacionais; mãos à obra de substituir pela verdade o simulacro político de nossa existência entre as nações. Trabalhai por essa que há de ser a salvação nossa” Rui Barbosa, ao enfatizar seus “50 anos de consagração ao Direito”, explicita que desde os bancos acadêmicos se dedicara à tarefa de “inculcar ao povo os costumes da liberdade e à Republica as leis de bem governo, que prosperam os Estados, moralizam a sociedade e honram as Nações”. Destaca o papel da Justiça; critica os “togados que contraíram a doença de achar sempre razão ao Estado, ao governo”. Alerta quanto à justiça militante que não pode compactuar nem “colaborar com perseguições ou atentados nem pleitear pela iniquidade ou imoralidade, não se subtrair à defesa das causas impopulares nem das perigosas, quando justas”.

O pensamento de Rui Barbosa é sempre atual e necessita ser redivivo e disseminado cotidianamente. Como disse Oswald de Andrade em 1949: “Rui, como a semente do Evangelho, precisa morrer para frutificar, soube sempre morrer pelo dia seguinte do Brasil”.

## NOTA

(1) Cientistas políticos, como Torquato Gaudêncio, apontam que o legado de Rui Barbosa enfrentou, no correr dos anos, uma dupla desqualificação, quer pelo pensamento autoritário da direita (já incluída a ditadura positivista republicana que se instalou no Brasil em 1889), quer pela ditadura do proletariado dos comunistas ou regimes dito “libertários”, outra praga de nossos tempos.

Rui Barbosa, impregnado de formalismo liberal, viu seu pensamento deslegitimado pelo extremismo político, muito embora sua luta pela ampliação da cidadania em seus componentes civil, político, social e humanista e ainda pela atualidade de sua ação em prol da formação da esfera pública e da construção institucional e constitucional da democracia brasileira.

Desde a juventude, Rui Barbosa militou com ardor pela abolição da escravatura, pela laicidade do Estado, liberdade de culto, a afirmação do voto como a primeira arma do cidadão, a defesa, cada vez maior, dos direitos sociais e civis, a limitação dos poderes e da razão do Estado, “o sujeitar à legalidade os governos, implantar a responsabilidade no serviço da Nação”. Teve papel importante na criação do Supremo Tribunal Federal, no seu “direito-dever de guardar a Constituição contra os atos usurpatórios do Governo e do Congresso”.

# Causos Padre José Duque Novas Versões

## O BREVIÁRIO

Pe. José Duque, já idoso, tinha por hábito diário, depois do almoço, ir à privada seca distante alguns metros da casa, levando o breviário para rezar suas orações de costume.

Ao lado da privada tinha uma laranjeira cujos frutos eram os melhores do quintal.

Um dia, depois de vários minutos de oração, Pe. José voltou para dentro de casa, levando consigo algumas laranjas.

No dia seguinte, ficou desesperado:

- Erundina, onde está meu breviário?

- Não sei, Padim Zeca. Vou ajudar o senhor procurá-lo – respondeu a irmã que morava na mesma casa e cuidava do padre.

Procuraram por vários dias sem sucesso. Pe. José Duque, desanimado, ameaçou:

- Quem roubou meu breviário há de morrer seco.

Mais alguns dias e Erundina vêm da horta com a triste notícia:

- Padim Zeca, o pé de laranjas mais doces, carregadinho de frutas maduras, está morrendo!

- Vamos lá ver – respondeu o padre.

Para espanto dos dois, ao examinarem os galhos da laranjeira, no galho mais seco estava pendurado o breviário.

Até Pe. José Duque ficou meio cismado com o acontecido.

*Carlita Maria de Castro e Coelho  
Abril / 2018.*

## DINHEIRO EMPRESTADO

Numa noite escura de inverno, Pe. José Duque acordou com gritos debaixo da janela do seu quarto que dava para a rua:

- Pe. José, por favor! Pe. José, por favor!

O padre abre a janela. Escuridão total. As ruas do distrito de São Tiago ainda não eram iluminadas. Percebe, na rua, apenas um vulto irreconhecível.

- O que foi? O que está acontecendo? – Responde.

- Minha mulher. Está passando muito mal. De repente. Preciso comprar remédios. Hoje não tenho dinheiro. Já estou devendo ao farmacêutico, Sr. Henrique Pereira. O senhor me empresta algum?

Pe. José revira o colchão de palha. Retira todo o dinheiro ali guardado. Sem contar as notas e as moedas, joga tudo o que tinha encontrado para o homem ali na rua. Ele agradece. Ouvem-se apenas passos apressados indo embora na escuridão profunda.

Pe. José volta para a cama. No escuro, custa a dormir. Fica refletindo sobre a carência de recursos das famílias no início dos anos 40. Falta remédio, comida, agasalho. Falta dinheiro para tudo. Reza e pede a Deus que tenha misericórdia desse povo. Já pela madrugada, adormece.

Passa mais de um ano. Pe. José Duque não esquece aquele fato. Gostaria de saber quem é aquele homem, se hoje sua vida é melhor, se a mulher melhorou, se aquele dinheiro serviu para alguma coisa...

Pensando “com seus botões” teve a feliz ideia.

No domingo, única missa, às dez horas, igreja cheia de fiéis do distrito e de toda região, conta detalhadamente o fato, concluindo:

- Se a mulher desse homem melhorou agora ela vai adoecer pra valer. Seu mal não terá cura. Nem com remédio comprado com dinheiro emprestado! Em poucos dias ela vai morrer.

Todos ficam apreensivos e saem da igreja comentando curiosos em saber de quem se trata.

Pe. José tira os paramentos na sacristia, guarda-os cuidadosamente e, como fazia todos os domingos, passa na farmácia do Sr. Henrique Pereira para conversar e jogar uma partida de baralho.

De repente, o Sr. Carmindo, hábil ferreiro – fazia ferraduras para proteger os cascos dos animais – homem trabalhador, de bom caráter, religioso e honesto, vizinho do Pe. José Duque entra apavorado na farmácia. Sem maiores cumprimentos, vai dizendo de uma vez:

- Por favor, Padre José, retire a praga que o senhor jogou na minha mulher. Fui eu quem pedi dinheiro emprestado ao senhor há um tempo atrás. Ainda não lhe paguei porque tenho gastado muito com doença. Tenho pagado o Sr. Henrique Pereira primeiro. Mas vou lhe pagar direitinho. Tenha piedade de mim. Perdoa e retira a praga. Eu lhe peço.

Pe. José dobrou uma grande gargalhada, abraçou o Sr. Carmindo e disse:

- Não quero receber nada. Só queria saber se o dinheiro valeu e sua mulher melhorou. Curiosidades. Não tem praga nenhuma, meu amigo. Vai em paz e continue sendo bom marido e bom pai de família.

*Carlita Maria de Castro e Coelho  
Abril / 2018.*

